

## Moção 62

# ***Por uma Ciência Libertadora, Democrática e LIVRE***

O recente lançamento da nova Agência para a Investigação e Inovação, a AI<sup>2</sup>, que vem substituir a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), deixou perfeitamente clara a visão neoliberal que assola o setor da Ciência em Portugal. Não tendo nascido com o atual governo, com ele, esta visão agudiza-se de forma mais feroz, e preocupante.

Na visão da atual governação para o sistema científico, dá-se primazia absoluta à ‘inovação’ enquanto produto comercializável, e despreza-se o papel do conhecimento como peça fundamental do progresso social. Esta é uma lógica que secundariza a investigação fundamental, necessariamente sem aplicação imediata, e que menospreza a curiosidade enquanto motor de inovação de pensamento e, por isso, de novas soluções e oportunidades. Uma lógica, ainda, que ignora disciplinas e áreas científicas e do conhecimento que não tenham um contributo óbvio ou imediato para o mercado, ignorando assim os seus contributos mais alargados para a economia e a sociedade.

Esta é, no fundo, uma visão de Ciência enquanto resultado, em oposição à Ciência enquanto processo. Esta visão presta um mau serviço não só aos cientistas e ao sistema científico, mas à sociedade no geral, que assim fica privada do valor maior da Ciência enquanto setor que nos empodera a tomar decisões mais informadas e robustas, individual e coletivamente. E priva-nos do processo científico, um processo inerentemente humano de interação com o mundo que nos rodeia, de questionamento, e pensamento crítico, essencial à prosperidade humana.

Mais ainda, a redução da Ciência a um meio de produção de bens comercializáveis deixa-a refém de lógicas de mercado e de lucro privado que a desviam da sua missão de serviço público. Uma Ciência assente em fins mercantilistas restringe intoleravelmente o prosseguimento de políticas de Ciência Aberta, afastando-se de uma trajetória de partilha alargada de conhecimento, e encerrando produção científica em patentes. Mesmo que num primeiro momento, a curto prazo, essa política tenha o suposto benefício de produzir alguns resultados, a médio e longo prazo levará a uma estagnação, primeiro da Ciência e depois do próprio mercado. Com efeito, agrilhoar o avanço do conhecimento a um mercado de bens, inerentemente avesso a risco, é restringir a ciência à mesma lógica, com consequências nefastas, tanto para a Ciência como para a economia, a médio e longo prazo.

No imediato, a abordagem mercantilista agrava a desvalorização e subfinanciamento da Ciência Pública, que assolam o setor em Portugal há já várias décadas. Os resultados práticos desse subfinanciamento crónico são amplamente conhecidos: infraestruturas datadas, equipamentos obsoletos, e milhares de trabalhadores em situações laborais de precariedade, alguns deles a viver num limbo sem saber se a sua unidade de investigação terá verba para cobrir o seu salário.

Esta não é uma matéria abstrata que pertença a imaginários de espaços científicos estéreis e desligados da sociedade em que a Ciência se insere. Por um lado, dada a proximidade (tão desejada como inevitável) entre a Ciência e o Ensino Superior, a deterioração da Ciência Pública afeta diretamente a qualidade e oportunidades avançadas de ensino nas instituições universitárias e politécnicas em Portugal. Para além disso, um sistema científico público pouco dinâmico é incapaz de atuar em simbiose com o setor privado no sentido de fomentar a

economia de valor acrescentado que é indispensável ao país na sua busca por mais e melhor emprego, mais e melhores oportunidades, melhores salários, e vidas dignas.

Por outro lado, o que definimos, coletivamente, como o propósito maior da Ciência define igualmente quem nela participa, a que perguntas responde, e a quem devem servir os seus resultados. E define, portanto, qual o papel da Ciência na sociedade, e o que enquanto sociedade queremos fazer com ela.

No LIVRE, devemos defender que a Ciência seja um espaço democrático de participação plena, de interesse público, e ao serviço da sociedade enquanto elemento indispensável ao progresso social. Devemos rejeitar categoricamente paradigmas neoliberais de uma ciência-produto, que se reduz ao seu valor de mercado, e uma inovação-mercado que se resume a alargar um leque de escolhas consumistas sem qualquer outro valor adicional.

No LIVRE devemos defender uma **Ciência Libertadora**, que enquanto serviço público nos informa e dá confiança nas grandes decisões que tomamos, individual e coletivamente. Uma **Ciência Democrática**, que cria espaços diversos e inclusivos em que todas as pessoas têm o poder de questionar e procurar respostas sobre qualquer aspecto do mundo e da sociedade. Uma **Ciência LIVRE**, que serve os nossos objetivos coletivos de progresso e prosperidade.

Assim sendo, o XVII Congresso do LIVRE delibera:

- Rejeitar categoricamente abordagens à Ciência e ao sistema científico que os coloquem exclusiva ou primariamente ao serviço de uma lógica de mercado;
- Escrutinar o processo de instalação da nova Agência para a Investigação e Inovação, sendo sempre uma voz contra a instalação de práticas ou métricas mercantilistas na avaliação da Ciência ou dos cientistas;
- Defender a Ciência Pública enquanto motor indispensável de uma economia de valor acrescentado, bem como do progresso social;
- Fomentar o debate público sobre o papel da Ciência na sociedade, procurando clarificar a que perguntas responde, a quem serve, e para que serve.

### Proponentes

- Natércia Rodrigues

### Subscritores

- Ana Cação
- Henrique Longa
- Levi Galaio
- Rodrigo Brito
- Carla Sofia do Carmo
- Flávio Oliveira
- Manuela Moreira
- Martim Aires Horta
- Patrícia Robalo
- Ricardo Silva
- Luís Caetano

- João Cordovil
- David Francisco
- Fábio Carvalho
- Nuno Borja Santos